

Salvador Parque Social certifica 300 integrantes do Programa Jovem Aprendiz Empreendedor

PÁGS. 16 E 17

Violência Gerente do Banco Brasil de Muritiba é feito refém e tem explosivos presos ao corpo

PÁG. 18

BETTO JR. / ARQUIVO CORREIO



1

No Senado, ministro minimiza restrições

Após bloquear 30% dos recursos das universidades federais do país, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, minimizou o tamanho do contingenciamento em audiência na Comissão de Educação, no Senado, ontem. "É sacrossanto o orçamento? Não podem economizar nem uma migalha?", disse, ao ser questionado sobre a dificuldade relatada pelos reitores em manter as instituições após a redução de recursos.

"A universidade federal hoje no país custa R\$ 1 bilhão. Não dá para buscar nada (para cortar)? Todo mundo no país está apertando o cinto", completou Weintraub. Ele esteve no Senado para apresentar as diretrizes e programas prioritários para a pasta. No entanto, não apresentou projetos. O ministro criticou programas como Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec), e voltou a defender cortes na área de humanas.

Com o bloqueio de R\$ 7,3 bilhões do orçamento do Ministério da Educação (MEC), o ministro negou por diversas vezes que haja corte de recursos para as universidades federais e disse que

houve um contingenciamento. "Se a economia tiver crescimento, com a aprovação da reforma da Previdência, se descontinua o recurso. Não há corte, a economia impôs o contingenciamento diante da arrecadação mais fraca e nós obedecemos", disse.

Ele ainda propôs aos reitores que marquem reuniões com o MEC para discutir a nova situação financeira das universidades federais. Ele chegou a comparar a situação do contingenciamento com a situação de empresas privadas.

O ministro afirmou durante a sabatina que o foco da sua gestão será a educação básica, uma gestão técnica baseada em entrega de resultados e reconhecimento por mérito. Questionado sobre o contingenciamento de recursos também para a educação básica, o ministro apenas afirmou que o bloqueio não é permanente e pode ser revertido com a melhora da economia.

Também questionado pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede) sobre o bloqueio de verbas para a construção de creches, que minutos antes havia sido elencado por Weintraub como prioridade, o ministro não respondeu.

MARINA SILVA



2

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



Ministro Abraham Weintraub foi sabatinado ontem no Senado

Mais 5 instituições federais têm bloqueio na Bahia

Na Bahia, além da Ufba, outras universidades e institutos federais também tiveram recursos bloqueados pelo Ministério da Educação. Na Universidade Federal do Recôncavo (UFRB), a restrição atinge R\$ 16,3 milhões; na Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufob), o bloqueio alcançou R\$ 11,8 milhões; e na Universidade Federal do Sul da Bahia, o contingenciamento foi de

R\$ 12 milhões. Todos os bloqueios foram nas rubricas de custeio, que respondem pelo funcionamento das universidades.

Já o Instituto Federal da Bahia (Ifba) teve bloqueio de R\$ 24 milhões (38%), enquanto o Instituto Federal Baiano (IF Baiano), que possui unidades no interior da Bahia, o bloqueio alcançou a soma de R\$ 15,6 milhões no custeio.

1 **Ufba** Na última terça-feira (30), a reitoria da Ufba anunciou que o MEC tinha bloqueado R\$ 37,3 milhões do orçamento de custeio da instituição; ontem, a universidade informou que foi feito um novo bloqueio, que agora chega a R\$ 55 milhões. O MEC nega o valor e afirma que restrição é de R\$ 50 milhões 2 **Ifba** Estudantes da escola técnica se reuniram ontem para debater

08/05/2019 - 05:00

Estado de São Paulo edita norma sobre guerra fiscal

Por **Adriana Aguiar**

Os contribuintes paulistas terão agora mais facilidade para anular autos de infração por uso de créditos de ICMS obtidos por meio de benefícios fiscais irregulares. O Estado de São Paulo deve publicar hoje, no Diário Oficial, a aguardada resolução conjunta da Secretaria da Fazenda e Planejamento e Procuradoria Geral do Estado (PGE) com os procedimentos que deverão ser seguidos para a obtenção de perdão.

A Resolução Conjunta nº 1/2019 adapta a legislação paulista à Lei Complementar nº 160 e ao Convênio 190, ambos de 2017, editados para combater a chamada guerra fiscal. As normas permitiram a convalidação de incentivos fiscais concedidos pelos Estados e Distrito Federal sem autorização prévia do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Todos os Estados têm até julho para publicar a regulamentação da convalidação. Os governos de Minas Gerais e Bahia, por exemplo, já editaram normas sobre o assunto.

A questão é importante porque só no Tribunal de Impostos e Taxas (TIT) do Estado e São Paulo estão pendentes de julgamento 502 autos de infração que somam cerca de R\$ 9 bilhões, em valores originais, segundo a Secretaria da Fazenda e Planejamento.

De acordo com o advogado Alessandro Borges, do Benício Advogados, a resolução, que confirma o que já estava disposto na Lei Complementar nº 160, era esperada pelos contribuintes. Eles estavam com dificuldades para reverter autuações fiscais nas esferas administrativa e judicial devido à falta de regulamentação, acrescenta. "Com essa resolução não haverá mais nenhum tipo de óbice para aqueles que preencherem os requisitos", afirma.

Pela resolução, os contribuintes que tiverem processos eletrônicos não julgados definitivamente pelo TIT deverão preencher um modelo anexado e enviá-lo por meio do Processo Administrativo Tributário Eletrônico (e-PAT). Devem destacar qual o benefício utilizado e o número do auto de infração, entre outros dados. Para os processos físicos, a diferença é que o documento deve ser entregue em uma das Delegacias Tributárias de Julgamento ou no Tribunal de Impostos e Taxas.

Nos casos em que já ocorreu o julgamento definitivo do processo administrativo, o pedido deverá ser levado à Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Recuperação de Dívida, se a cobrança não tiver ainda sido encaminhada para a dívida ativa. Caso contrário, deverá ser encaminhado para a unidade da Procuradoria Geral do Estado (PGE) responsável.

Após a verificação de que foram cumpridas as exigências, entre elas a confirmação de que os débitos de ICMS são de fato decorrentes de benefícios fiscais concedidos à revelia do Confaz e a confirmação de que houve o atendimento de todas as condições por parte do Estado de origem, o governo paulista reconhecerá os créditos de ICMS do contribuinte.

Para a advogada Thais Veiga Shingai, do Mannrich e Vasconcelos Advogados, a nova resolução traz mais tranquilidade aos contribuintes porque o Estado de São Paulo sempre atuou de forma bastante incisiva contra a concessão de benefícios não autorizados pelo Confaz. "Foi um dos Estados pioneiros ao glosar benefícios de ICMS", diz. Agora, essa resolução, acrescenta, "traz um ponto final na questão ao perdoar quem utilizou benefício irregular, desde que renuncie à discussão".



Alessandro Borges: contribuintes estavam com dificuldades para reverter autuações nas esferas administrativa e judicial

A apresentação do pedido de reconhecimento suspenderá o julgamento do auto de infração no contencioso administrativo, ou o encaminhamento para a inscrição do débito na dívida ativa, ou a ação judicial, conforme o caso. Atendidos todos os requisitos, o contribuinte terá que fazer a renúncia de ações judiciais, impugnações, defesas e recursos administrativos. Caso o pedido seja negado, o julgamento do auto de infração ou a ação judicial voltarão a ter seu curso.

Segundo o advogado Leo Lopes, do FAS Advogados, a resolução é bastante positiva, principalmente pela iniciativa de manter a discussão judicial ou administrativa caso o crédito seja negado. "Isso evita que o contribuinte tenha o receio de renunciar à discussão e ficar à mercê do Estado, caso entenda que ele não teria direito à anistia, perdendo a chance de discutir aquele débito judicialmente ou administrativamente", diz. O que, acrescenta Lopes, tem ocorrido em parcelamentos de débitos tributários.

O único acréscimo na legislação que Lopes sugeriria ao Estado seria deixar mais claro que, com a paralisação da ação judicial, também estaria suspensa a exigibilidade do crédito. Para ele, o contribuinte pode ter dificuldade para obter certidão fiscal se não há garantia e não houve a suspensão da exigibilidade.

08/05/2019 - 05:00

Deputado propõe texto para padronizar regras da LRF

Por Fábio Pupo

Enquanto o governo prepara um projeto de lei complementar para alterar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e padronizar as contas estaduais de gastos com pessoal, uma proposta semelhante começou a tramitar paralelamente na Câmara dos Deputados há cerca de um mês e meio. O deputado Pedro Paulo (DEM-RJ), autor do texto, afirma que vai sugerir ao Ministério da Economia que as mudanças estudadas pelos técnicos da pasta sejam feitas por meio de seu projeto - e não por um novo.

"Fiz esse projeto ouvindo técnicos inclusive do Congresso. Como já tem esse trabalho andando, vai poupar esforços", disse. Ele afirma não ter tratado do tema até agora com representantes da equipe do ministro Paulo Guedes, mas diz que vai procurá-los em breve para discutir o assunto.

Conforme revelou ontem o **Valor**, o governo prepara uma proposta de lei complementar para padronizar os gastos com pessoal. A intenção da pasta é dar uniformidade ao conceito, deixando claro na legislação que deve ser considerado no cálculo o Imposto de Renda, além de inativos e pensionistas.

O deputado afirma que teve a ideia sobre a uniformização das contas com pessoal após ter sido o relator no Congresso da proposta do Regime de Recuperação Fiscal (sancionado em 2017), que concede aos Estados benefícios como suspensão de dívidas em troca de ajuste fiscal.

O gasto com pessoal é importante para o regime porque é um dos critérios para se autorizar a entrada do ente no programa. De acordo com as regras, só são aceitos Estados com um somatório de despesas com pessoal, juros e amortizações maior que 70% da receita corrente líquida (além de outros critérios).

Segundo ele, o Tesouro Nacional manifestou na época reiteradas reclamações sobre a forma de os entes prestarem contas. As diferentes metodologias usadas pelos governadores dificultava uma análise precisa sobre os números reais. Por isso, o parlamentar concluiu que uma mudança legal era necessária.

O projeto de lei complementar do deputado (PLP 80/2019) foi apresentado no dia 27 de março deste ano na Câmara e o texto chegou à Comissão de Finanças e Tributação (CFT) no começo de abril.

Atualmente, a LRF estabelece que a despesa com pessoal dos Estados não pode exceder 60% da receita corrente líquida. No entanto, alguns entes usam metodologias diferentes para o cálculo. Deixam de ser consideradas despesas como gastos com pensionistas, Imposto de Renda Retido na Fonte e obrigações patronais. Em grande parte dos casos, os governadores são respaldados pelos respectivos tribunais de contas.

08/05/2019 - 05:00

Reforma tributária já tem relator na CCJ

Por **Marcelo Ribeiro**

O deputado João Roma (PRB-BA) foi escolhido para ser o relator da reforma tributária na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O presidente do colegiado, Felipe Francischini (PSL-PR) deve confirmar a indicação hoje. O objetivo de Francischini é iniciar o debate sobre a proposta de emenda constitucional (PEC) na CCJ já amanhã ou, no máximo, na próxima semana.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e o líder do MDB na Casa, Baleia Rossi (SP), que é o autor da principal emenda constitucional em discussão sobre o tema, deram aval para a indicação. Embora seja filiado ao PRB da Bahia, Roma tem um longo histórico de ligação com o DEM e é de origem pernambucana.

Foi presidente do PFL Jovem em 2003, antes de o partido trocar de nome. Na ocasião, chefiava o escritório da Agência Nacional do Petróleo em Salvador. Roma também foi chefe de gabinete do prefeito de Salvador ACM Neto, presidente nacional da sigla, de quem recebeu apoio para concorrer a deputado no ano passado. Teve 83 mil votos.

Deputado de primeira legislatura, Roma destacou-se na CCJ durante a discussão da reforma da Previdência pela defesa do texto do governo.

O líder da Maioria na Casa, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), chegou a ser cotado para o posto, mas, em função do "excesso de atribuições", de acordo com fontes, não foi escolhido para a função. Também estava cotado o paulista Alexis Fontayne, um empresário integrante da bancada do Novo.

O objetivo de Francischini e Roma é que a tramitação da reforma tributária na comissão seja mais curta, diferente do que ocorreu com a reforma da Previdência, que foi aprovada apenas após mais de 60 dias no colegiado.

Ao **Valor**, Roma disse que apresentará um parecer favorável à reforma tributária que "reduza os impostos e proteja o cidadão. "Estou feliz que o próprio governo esteja incentivando o raciocínio 'Mais Brasil, menos Brasília'. É preciso simplificar os processos e diminuir o peso do estado sobre o cidadão", explicou Roma, citando um bordão do ministro da Economia, Paulo Guedes. **(Colaborou César Felício, de São Paulo)**

Veículo: O Globo	Online
Data: 08/05/2019	Coluna: Economia



Previdência: déficit dos regimes estaduais salta de R\$ 47,4 bi para R\$ 88,5 bi em quatro anos

A pressão nas finanças dos estados será debatida no 3º Fórum Nacional, no Rio
Daiane Costa e Rennan Setti
08/05/2019 - 04:30 / Atualizado em 08/05/2019 - 08:28

RIO — O déficit da [Previdência](#) dos estados chegou perto de R\$ 90 bilhões em 2018, segundo estudo inédito do economista Raul Velloso. O avanço das despesas com o pagamento de benefícios fez o rombo nos regimes regionais saltar de R\$ 47,4 bilhões em 2014 para R\$ 88,5 bilhões no ano passado, reforçando a necessidade de uma **reforma** nos sistemas estaduais de aposentadorias.

Receba as newsletters do Globo:
Já recebe a newsletter diária? [Veja mais opções](#)

Quer saber quanto tempo falta para você se aposentar? Simule aqui na [calculadora da Previdência](#)

A pressão da Previdência nas finanças dos estados — em 2018, o déficit orçamentário dos 27 entes foi de R\$ 17,3 bilhões — será o principal tema do debate que abre o 3º Fórum Nacional, coordenado por Velloso e que começa na quinta-feira, na sede do BNDES, no Rio. Para o economista, os números mostram a importância de os servidores públicos serem mantidos na proposta de emenda à Constituição (PEC) da reforma da Previdência, que tramita na Câmara.

— Mesmo com vários estados realizando pequenas reformas, nos últimos anos, eliminando a aposentadoria integral e a paridade de salários, o déficit previdenciário dos estados explodiu nos últimos quatro anos, devido ao envelhecimento da população — disse Velloso, lembrando que o congelamento de novos concursos públicos também contribuiu para o aumento do rombo, já que, sem reposição de servidores, diminui a receita de contribuições.

Câmara: [Guedes e Marinho serão ouvidos em comissão da Previdência nesta quarta-feira](#)

Cofres estaduais: [Reforma da Previdência pode gerar economia de R\\$ 330 bi para estados](#)

Apesar de alguns governos estarem praticamente quebrados, há uma pressão de integrantes de partidos do Centrão e do próprio PSL, do presidente Jair Bolsonaro, para deixar de fora da reforma estados e municípios. Os deputados federais alegam que não querem assumir sozinhos o desgaste político com servidores.

De acordo com Velloso, projeções sinalizam que o déficit dos regimes próprios de Previdência vai subir pelas próximas duas décadas.

— É o caos financeiro — resume Velloso.

O economista ressalta, ainda, que a situação dos estados é pior que a do governo federal, devido à maior capacidade da União de lidar com o problema:

— Se o ministro da Economia for minimamente responsável, ele contorna o déficit. Ele pode emitir moeda, coisa que os estados não podem.

No segundo painel do primeiro dia de debates, cujo tema atende a um pedido do presidente do BNDES, Joaquim Levy, serão apresentados cases de sucesso em inovação tecnológica. Na sexta-feira, último dia do Fórum Nacional, o debate será sobre infraestrutura de transportes.

— A escassez de dinheiro para investimentos, pelo Tesouro, chegou ao limite e, em dois anos, essa conta deve zerar. Estou entre os que acham que é preciso fazer investimento público, pois o hiato entre o que se fazia e o que se faz é muito grande — diz o economista, lembrando que é preciso cobrir os gargalos deixados pelo setor privado, que “deixa de fazer investimentos quando não há previsão de rentabilidade”.

Essa é a primeira edição do Fórum desde a morte de seu idealizador, o ex-ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Velloso, em fevereiro deste ano. Há três décadas, o Fórum reúne economistas, governantes, empresários e lideranças da sociedade civil para discutir os principais temas em torno do desenvolvimento do Brasil. Desde 2017, o evento é conduzido por Raul Velloso, seu irmão.

Idade mínima necessária

Pesquisa divulgada nesta terça-feira pelo Instituto Millenium também reforça a necessidade de se aprovar uma [reforma da Previdência](#). Elaborado pela agência de análise de impacto e planejamento estratégico Eight, o estudo cruzou uma série de dados públicos com informações geolocalizadas.

Segundo o levantamento, embora apenas 20% da população não estejam em idade economicamente ativa, 54% (R\$ 629 bilhões) dos gastos do governo federal foram destinados à Previdência Social em 2018. Esse valor representou 5,8 vezes o gasto do governo com saúde ou 6,5 vezes com educação.

O estudo mostra ainda que, embora só deva ter uma taxa de idosos semelhante à do Japão em 2060, o Brasil já gasta mais com Previdência do que o país asiático. Hoje, o Brasil possui cerca de 12% de pessoas com 65 anos ou mais, contra 40% no Japão. Agrava o problema o fato de o envelhecimento da população brasileira ser considerado acelerado.

— Existe um senso comum de que o envelhecimento da população não é regionalmente equilibrado, mas o estudo mostra que o Brasil está envelhecendo de maneira uniforme. Embora Norte e Nordeste tenham expectativa de vida menor, a diferença não é tão grande com relação às outras regiões, e ela vem crescendo rapidamente também — diz Leandro Bortolass, da Eight.

Segundo Bortolass, isso mostra que a implementação de idade mínima para aposentadoria é necessária:

— O levantamento confirmou com dados geolocalizados que o pobre já se aposenta por idade. Logo, a idade mínima não irá prejudicá-los.

Nesta terça, o governo começou a instalar painéis sobre a Nova Previdência nas fachadas dos prédios dos ministérios, em Brasília, destacando que, com a reforma, haverá mais recursos para outras áreas, como educação.



Governadores condicionam apoio à reforma da Previdência à redistribuição de recursos para Estados

De acordo com o presidente do Senado, os governadores disseram a Bolsonaro que têm desejo de apoiar a reforma da Previdência, mas pediram que os Estados sejam contemplados com um maior repasse de recursos

Mariana Haubert, O Estado de S.Paulo

08 de maio de 2019 | 10h08

BRASÍLIA - Governadores e vice-governadores de 25 Estados se reuniram na manhã desta quarta-feira, 8, com o **presidente [Jair Bolsonaro](#)** e com os presidentes do **Senado, [Davi Alcolumbre \(DEM-AP\)](#)**, e da **Câmara, [Rodrigo Maia \(DEM-RJ\)](#)**, em **Brasília**, para cobrar o compromisso do **Executivo federal** e do **Congresso** com as pautas estaduais. Eles pedem uma revisão do **pacto federativo** para garantir que haja descentralização dos recursos em relação à **União**.



De acordo com Davi Alcolumbre, os governadores têm desejo de apoiar a reforma da Previdência, mas pediram maior repasse de recursos aos Estados Foto: Alan Santos/PR

Os governadores apresentaram uma carta em que reivindicam seis pontos: a apresentação do chamado **Plano Mansueto**, para restabelecer o equilíbrio fiscal dos

Estados, aprovação da **lei Kandir**, a manutenção do **Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica)**, a regularização da securitização da **dívida dos Estados**, a distribuição da cessão onerosa do **pré-sal**, além do avanço da **Proposta de Emenda à Constituição que trata da redistribuição do fundo de participação dos Estados**.

De acordo com Alcolumbre, os governadores disseram a Bolsonaro que têm desejo de apoiar a **reforma da Previdência**, mas pediram que os Estados sejam contemplados com um maior repasse de recursos para conseguirem estancar a grave crise fiscal que a maioria deles enfrenta.

"A reforma da Previdência é fundamental para que a União possa redistribuir recursos porque antes disso ela precisa melhorar a sua arrecadação", disse. "Queremos também inverter a pirâmide para que os estados e municípios arrecadem mais que a União."

Para o senador, a presença do presidente no café da manhã demonstrou seu empenho em ajudar na recuperação dos entes federativos. De acordo com ele, Bolsonaro aproveitou a presença maciça de governadores para pedir apoio para a reforma da Previdência.

O líder do **PSL** no Senado, **Major Olímpio (SP)**, afirmou que os governadores, até mesmo os de oposição enfatizaram a necessidade da reforma da Previdência porque precisam de um melhor ambiente econômico para recuperar suas contas.

De acordo com ele, Bolsonaro também afirmou estar disposto a desburocratizar o que for considerado necessário pelos governadores via decreto presidencial. Ontem, o presidente disse a mesma coisa a parlamentares em cerimônia no **Palácio do Planalto**, quando assinou um decreto que facilitou o porte de armas para colecionadores, caçadores e atiradores esportivos, caminhoneiros, políticos e outras categorias.



Estudo mostra desigualdade na Previdência

Instituto Millenium se engaja no debate da reforma e distribui análise para deputados da Comissão Especial

Redação, O Estado de S.Paulo

08 de maio de 2019 | 04h00

O **Instituto Millenium** – “think thank” que promove o liberalismo e tem entre seus fundadores o ministro da Economia, **Paulo Guedes** – entrou nesta terça-feira, 7, oficialmente no debate sobre a **reforma da Previdência**. Em parceria com a agência de planejamento estratégico Eight, distribuiu um estudo sobre o assunto para os 49 deputados que fazem parte da Comissão Especial que analisará o projeto.

O documento indica, por exemplo, que as pessoas que se aposentam por tempo de contribuição estão concentradas principalmente nas regiões Sul e Sudeste. A mediana do benefício desses aposentados é de R\$ 1.500. No caso da aposentadoria por idade, com maior presença no Norte e no Nordeste, a mediana é de R\$ 1.000. “O estudo mostra que a renda da pessoa hoje é explicada pela região em que ela mora”, afirmou o diretor executivo da Eight, Leandro Bortolassi.



bilhões. Foto: Estadão

O déficit previdenciário terminou 2018 em R\$ 265,2

O estudo destaca também que a média do benefício para quem se aposenta no funcionalismo público é hoje de R\$ 9.209,67. O valor é 507% maior do que a média de R\$ 1.517,22 recebida por aqueles que se enquadram no Regime Geral da Previdência Social (RGPS), que atende a maior parte dos trabalhadores.

Os servidores públicos, mostra o documento do Instituto Millenium, representam 2% (ou 723 mil) dos beneficiados pela Previdência Social, mas suas aposentadorias foram responsáveis por 17,3% do déficit previdenciário do ano passado.

O valor pago a esses funcionários (R\$ 123,7 bilhões) seria suficiente para bancar 64% do regime da Previdência rural, que tem atualmente nove milhões de beneficiados.

“Depois do estudo, fica claro que certos grupos estão tendo benefícios discrepantes. Não são todos, mas certos grupos do serviço público ganham uma fortuna, muito mais do que o restante da população”, disse a presidente do instituto, Priscila Pereira Pinto.

Orçamento

Ainda de acordo com o relatório distribuído na terça-feira aos deputados, a previdência demandou 54,8% dos gastos do governo federal no ano passado. O montante equivale a 5,8 vezes o total do gasto do governo com Saúde e 6,5 vezes ao da Educação. Para 2019, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) previa que o valor destinado à Previdência alcançasse R\$ 721,1 bilhões.

“O programa (*previdenciário*) é importantíssimo, mas está desequilibrado. Se não segurar, vai implodir”, acrescentou Priscila.

O déficit previdenciário terminou 2018 em R\$ 265,2 bilhões. O desequilíbrio no sistema ocorre há 22 anos, mas a situação se deteriorou de forma mais intensa em 2015, com a queda das receitas decorrente da recessão.

Veículo: Metro1	
Data: 08/05/2019	Caderno: Economia



Economia

'Reforma da Previdência tem um valor psicológico muito forte', diz Alexander Busch

Para jornalista econômico, aprovação da reforma pode sinalizar que o governo estaria preparado para fazer outras mudanças



Foto: Tácio Moreira/Metropress

Por **Juliana Almirante** no dia 08 de Maio de 2019 · 08:55

O jornalista Alexander Busch avalia que a reforma da Previdência do governo Jair Bolsonaro tem um "valor psicológico" muito forte para economia, porque pode sinalizar que o governo estaria preparado para fazer outras mudanças.

"Essa reforma da Previdência tem um valor psicológico muito forte para a economia. Se o governo mostrar que é capaz de enfrentar interesses da sociedade dentro dessa reforma, esse governo poderia fazer muita coisa. Se o governo conseguir a reforma, estaria preparado para outras reformas que o País precisa. A parte econômica do governo está entre as melhores equipes econômicas que o Brasil já viu", disse, em entrevista à Rádio Metrópole.

Ele ainda avalia que os conflitos no governo dificultam a tomada de medidas que podem destravar a economia. "Vejo essa briga extremamente contraprodutiva. Já estamos em maio e foi feita pouca coisa na microeconomia. Mas acho que no fundo isso é um jogo democrático. O governo está nesse momento, apesar da falta de qualidade... Mas estão brigando por quem vai dominar quem. É um processo democrático", pondera.

De naturalidade alemã, Busch vive há anos no Brasil, entre Salvador e São Paulo. Em 2019, ele escreveu o livro "Brasil, país do presente". O jornalista avalia que desde então, o país já mudou muito. "O Brasil não se compara com essa situação. A esperança que tinha há 10 anos atrás de que o Brasil seria um novo poder mundial. Essa ideia não funcionou como estava previsto. A metade

dos políticos e empresários que entrevistei estão hoje na prisão ou estão em algum lugar na Justiça. As principais empresas do Brasil, na época, hoje em dia, não existem mais ou estão uma sombra do que era na época", diz.

Para ele, a mudança radical de perspectiva se deve a mudanças na política econômica do governo, aliadas à crise mundial. "A base que deixou um Brasil em 2009 com um dos principais atrativos caiu, que era preço dos commodities como a soja. Os preços caíram depois em longo período. A política econômica, depois da crise de 2009 mundial, era de largar o tripé econômico de inflação baixa e juros para controlar isso. Largaram isso e aí começou o problema de querer deixar a economia crescer via estado. Isso é uma coisa que funciona bem quando entra muito dinheiro, mas está fadado ao insucesso quando não há dinheiro", afirma.

Além disso, Busch também pontua que a Lava Jato foi responsável pela queda de confiança na economia. "São dois pontos ou três de crescimento. Muitas coisas da economia não funcionam mais, como o petróleo e gás. Isso junto com aumento de tensão na sociedade que tirou poder da política do governo. O governo não poderia mais fazer política econômica como fazia antigamente. Em 2014 e 2015, gerou insatisfações na sociedade e chegou a esse momento que estamos agora. Falta essa ação até agora e não vejo se mexer nessa direção para resolver esse imbróglio", acredita.

Tribuna

Brasil é o país da América Latina que mais gasta com a Previdência

REUTERS STAFF

O Brasil é o país que mais gasta com Previdência, em termos relativos, na região da América Latina e Caribe, segundo estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) divulgado ontem, que aponta que o país desembolsa sete vezes mais com a população mais velha que com os mais jovens.

Sem nenhuma reforma, as despesas com aposentadoria e saúde de idosos passariam a responder por 138 por cento do Orçamento brasileiro em 2065, ante o patamar já alto de 40 por cento em 2015, apontou o BID, ressaltando que esse salto inviabilizaria o equi-

brio fiscal.

Na média da América Latina e Caribe, esse patamar era de 35 por cento em 2015, com projeção de chegar a 78 por cento em 2065. "Esse cenário implicará em uma redução dos recursos para outras prioridades, como o desenvolvimento de capital humano e infraestrutura, elementos essenciais para sustentar o crescimento econômico ao longo do tempo", disse o BID, sobre a acentuada pressão previdenciária sobre as contas brasileiras.

Os gastos com aposentadoria no Brasil chegaram em 2015 a 12,5 por cento do PIB — patamar mais alto da região — e o BID estima que poderiam alcançar 50,1 por cento do PIB em 2065,

também em larga dianteira em relação aos vizinhos da América Latina e Caribe. Presente no evento de divulgação do estudo, o secretário Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, Marcos Troyjo, afirmou que a reforma da Previdência é a "reforma de todas as reformas", e que o Brasil será outro após sua aprovação.

Ele também afirmou que a reflexão sobre como melhorar a eficiência dos gastos públicos tem uma importância central na agenda do governo Jair Bolsonaro.

"Liberais não aumentam impostos. Portanto, temos que aumentar a eficiência numa forma de melhoria do bem estar social", disse. Nas

contas do BID, o custo da ineficiência na gestão de compras governamentais, bem como uma "considerável" folha de pagamento no setor público e transferências que não chegam à população mais pobre como deveriam resultam em perdas de 3,9 por cento do PIB por ano, ou cerca de 68 bilhões de dólares, para o Brasil.

Para além da reforma da Previdência, o BID divulgou entre suas recomendações de políticas a adoção de regras fiscais que vão além da sustentabilidade fiscal para proteção de investimentos, com fixação de limites específicos de aumento dos gastos correntes para que o governo assegure alocação de recursos para gastos de capital.



O BRASIL é o país que mais gasta com Previdência, em termos relativos, na região da América Latina e Caribe, segundo estudo do BID

Tribuna

PONTO DE VISTA

Raymundo Pinto

Previdência: reforma bem complexa

Nas promessas bastante otimistas dos governistas, a PEC – Proposta de Emenda Constitucional n. 6/19, que ora tramita na Câmara de Deputados, e depois vai para o Senado, irá gerar uma economia de mais de um trilhão de reais em dez anos, devendo, com isso, resolver o grave problema do elevadíssimo déficit atual da Previdência Social. Por outro lado, as oposições radicais, sob a liderança do PT e de outras legendas de tendência semelhante, em princípio põem dúvida sobre o tão alegado déficit, tendo como argumento básico a acusação de que o projeto é uma tentativa de cortar direitos dos pobres e manter privilégios de determinadas clas-

ses, incluindo servidores públicos. Este modesto articulista, com forte inclinação por posições de equilíbrio, desconfia e corre às léguas de qualquer radicalismo, da esquerda ou da direita.

Numa feliz iniciativa, a ALJBA – Academia de Letras Jurídicas da Bahia promoveu em sua sede, no dia 25 de abril p.p., uma jornada, que durou das 8 às 21h, para discutir, em detalhes, um dos assuntos mais em evidência no momento: a Reforma da Previdência Social. Foram ouvidas exposições de nada menos de treze palestrantes, escolhidos entre pessoas estudiosas do tema. Fui convidado pelo coordenador do evento, juiz Luciano Martinez, para, ao lado do confrade Aurélio Pires, darmos informações

sobre como aquela PEC pode refletir nos direitos trabalhistas. Tendo de pesquisar a fim de desempenhar minha tarefa, assusetei-me com a complexidade que envolve a mudança – necessária, destaco – da Previdência no nosso país. Vou tentar, no exíguo espaço de um artigo, demonstrar ao leitor que as correntes que se digladiam estão ocultando – ou temem enfrentar – sérios aspectos do tormentoso problema.

Para início de conversa, é preciso deixar bem claro que existe: a) o RGPS – Regime Geral da Previdência Social, o mais amplo, que abrange milhões de pessoas, como trabalhadores, aposentados, pensionistas, entre outros; b) o RPPR – Regime Próprio da Previdência Social, que é dos servidores públicos; c) um regime especial dos militares. Assinale-se que a PEC em questão se propõe a fixar regras atinentes aos dois primeiros regimes, pois, em relação aos militares, há uma proposta em separado, já encaminhada.

O leigo, à primeira

vista, pensa que a famosa Emenda Constitucional definiria com clareza, em poucos artigos, a nova Previdência. Não é bem assim. Sua redação é longa e ocupa muitas páginas. Após fazer uma leitura cuidadosa, me surpreendi com o fato de que a PEC enfatiza e se estende bastante em regulamentar os casos que ocorrerão nas chamadas “fases de transição”. Explico melhor. O essencial está no novo artigo 201-A que será inserido na Constituição, o qual traz uma mudança profunda, ou seja, o nosso atual modelo previdenciário se rege pelo caráter contributivo e de filiação obrigatória, que, em resumo, significa que os recursos para pagar aposentados, pensionistas e outras despesas provêm da arrecadação das contribuições dos que estão na ativa. No sistema proposto na PEC, passa a vigorar – menina dos olhos do ministro Paulo Guedes – o sistema de “capitalização”, implantado em alguns países europeus e, aqui perto, no Chile, alvo de fundadas crí-

ticas. Consiste em fixar uma contribuição definida, em caráter obrigatório, para os que, em atividade, aderirem ao novo sistema, cujos valores serão acumulados em conta vinculada individual. Os recursos daí resultantes, devidamente atualizados, irão financiar o pagamento da aposentadoria de cada um. O perigoso é que o citado artigo 201-A não entra em detalhes, ficando tudo a ser regulado por meio de lei complementar. A grande dúvida: de onde viriam os recursos para pagar aos aposentados com direitos adquiridos antes da PECeas que não aderirem ao novo sistema?

Conforme já antecipei, a PEC contém numerosos dispositivos regulando os requisitos que devem estar preenchidos nas duas fases de transição: a) até data da promulgação da Emenda Constitucional; e b) entre a data dessa promulgação e a data em que entrará em vigor a lei complementar prevista no referido artigo 201-A, que vai implantar o sistema de capitalização. A proposta já passou, na Câmara

ra, pela Comissão que examina sua constitucionalidade e segue para a Comissão que apreciará o mérito. Será nessa segunda que veremos as discussões mais acaloradas, envolvendo idade mínima de aposentadoria, tempo de contribuição, situação dos rurais, entre diversos outros assuntos. Observem que a imprensa dá maior destaque aos debates em torno desses aspectos que dizem respeito às regras que deverão ser obedecidas nas fases de transição. Quase nada se fala sobre a novidade da capitalização. Enfim, nestas resumidas linhas, meu objetivo, em síntese, foi mostrar que a Reforma da Previdência Social não é algo tão simples como se imagina. Reveste-se de indiscutível complexidade e o tempo, com certeza, virá a confirmar.

Raymundo Pinto, desembargador aposentado do TRT, é escritor, membro da Academia de Letras Jurídicas da Bahia e da Academia Feirense de Letras. racpinto@uol.com.br

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 08/05/2019	Coluna: Economia



SENADO APROVA EM 1º TURNO PEC SOBRE PEQUENOS MUNICÍPIOS



8 Maio, 2019 - 07:34

O Senado aprovou em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 57/2016. A PEC apresenta o conceito de pequeno município e confere a essas cidades um tratamento diferenciado, com obrigações fiscais e tributárias menores. A matéria foi aprovada por unanimidade, 68 votos a favor, nenhum contra. Todos os líderes orientaram seus partidos pela aprovação da matéria. Apenas o PSL havia votado contra, mas, após o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), votar favorável à PEC, o líder do PSL, Major Olímpio (SP), mudou sua posição.

“Essa é uma matéria que dialoga com os interesses do governo, que deseja o desenvolvimento da economia, dos pequenos negócios. É uma matéria afeta aos pequenos municípios. É definir, por lei complementar, o que seria município de pequeno porte”, disse Bezerra. Randolfe Rodrigues (REDE-AP) também defendeu a proposta. “Consideramos essa proposta de emenda muito importante para o Brasil. Altera dispositivos importante para agilizar princípios da administração pública, para agilizar o ambiente empreendedor no país”. Segundo a Agência Brasil, a PEC precisa passar por uma nova votação no plenário do Senado, desta vez em segundo turno. Não há data prevista para que o tema entre novamente em pauta.

08/05/2019 - 05:00

AGU recupera R\$ 13 bi em precatórios não sacados

Por **Carla Araújo e Mariana Muniz**

A Advocacia-Geral da União (AGU) conseguiu recuperar R\$ 13 bilhões para os cofres públicos em precatórios que não foram sacados por beneficiários e estavam parados nas contas das instituições financeiras oficiais há pelo menos dois anos. Dessa conta, obtida com exclusividade pelo **Valor**, R\$ 7,5 bilhões referem-se a precatórios e requisições de pequeno valor (RPV) que estavam na Caixa Econômica Federal, e R\$ 5,6 bilhões, no Banco do Brasil.

A Lei 13.463 determina, desde agosto de 2017, que precatórios que não forem sacados e estão parados há dois anos devem ser extintos por prescrição, com a respectiva devolução dos valores ao Tesouro Nacional.

A AGU argumenta que os credores não são prejudicados com a medida que autoriza a devolução ao Tesouro. Isso porque, segundo a autarquia, todo cidadão que possui valores de precatórios em contas que não são movimentadas há mais de dois anos são avisados previamente da existência dos recursos disponíveis para saque.

Além disso, a AGU sustenta que só requer a devolução para o erário caso, mesmo depois de avisados, os beneficiários dos recursos não saquem a quantia. O organismo explica ainda que, mesmo após o cancelamento do precatório, o beneficiário ainda tem até cinco anos para solicitar uma nova requisição de pagamento.

Segundo o diretor do Departamento de Cálculos e Perícias da AGU, o advogado José Ricardo Pereira, as explicações para que os precatórios fiquem parados são variadas. "Às vezes as pessoas faleceram, esqueceram, se desinteressaram e deixaram de sacar o valor ao qual tinham direito", diz. "Existiam cifras de 1996 que estavam paradas nos bancos. Ou seja, valores muito expressivos e antigos sem serem sacados", completou.

Levantamento feito pelo órgão mostra que o valor recuperado desde que a legislação entrou em vigor é suficiente para construir mais de 4 mil creches no Distrito Federal ou ainda então aproximadamente 56 mil Unidades de Pronto Atendimento (UPA).

"Esse valor dá uma folga orçamentária para viabilizar as políticas públicas. Em tese, ele não está previsto no Orçamento. É um ingresso extraordinário de receita para o governo utilizar em benefício da sociedade", afirma Pereira. "O dinheiro não é do banco para ficar lá parado. É para pagar a parte. Mas, se a parte não recebe, volta para a União", conclui o diretor da AGU.

Uma outra questão envolvendo a AGU e precatórios pode ser decidida hoje pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O plenário voltará a analisar o índice de correção monetária e os juros de mora que devem ser aplicados nos casos de condenações contra a Fazenda Pública.

Segundo dados da AGU, que representa o Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), o impacto dessa discussão pode chegar a R\$ 7 bilhões.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 08/05/2019	Coluna: Economia



COPOM DEVE MANTER JUROS EM 6,5% AO ANO



8 Maio, 2019 - 08:32

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) se reunirá nesta quarta-feira (8), e a expectativa do mercado financeiro é que a taxa básica de juros, a Selic, seja mantida em 6,5% ao ano. Se confirmada, esta será a nona manutenção seguida da taxa Selic, que permanecerá no menor patamar da série histórica. A decisão será anunciada por volta das 18h. A principal missão do Banco Central é controlar a inflação, e a base é o sistema de metas.

Para este ano, por exemplo, a meta central de inflação é de 4,25%, podendo oscilar entre 2,75% a 5,75%. Para 2020, a estimativa é de 4% – com oscilação de 2,5% e 5,5%. Quando as estimativas para a inflação estão em linha com as metas, o BC reduz os juros. Quando estão acima da trajetória esperada, a taxa Selic é elevada.